



INFORMATIVO DE WASHINGTON



SGP é renovado com amplo apoio no Senado dos EUA

O projeto *Trade Preferences Extension Act of 2015* foi aprovado pelo Senado por 97 votos a 1, renovando três mecanismos de preferência unilateral: o Sistema Geral de Preferências (SGP), do qual o Brasil é beneficiário, o AGOA (*African Growth and Opportunity Act*) e o Programa de Preferências para o Haiti.

O projeto de lei aprovado prevê extensão do SGP até dezembro de 2017 e reembolso retroativo das empresas que realizaram importações de produtos cobertos pelo programa no período no qual o SGP não vigorou, desde junho de 2013. Esse valor deve ultrapassar US\$ 1 bilhão de dólares de acordo com dados da *GSP Coalition*.

A cobertura de produtos contemplada pelo SGP não sofreu grandes alterações. No entanto, o novo projeto de lei abriu espaço para sua ampliação, podendo tornar elegíveis alguns produtos de algodão (capítulo 52 do SH), desde que provenientes de países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs). O projeto também retira artigos de viagem da lista de exceções de produtos sensíveis (que não podiam se beneficiar do programa).

O projeto de lei segue para a Câmara de Representantes para discussão e votação. Alguns congressistas acreditam que será difícil cumprir o prazo de 22 de maio e a pauta de comércio, que inclui a renovação da TPA, poderá ser votada apenas em junho.

TPA amplia objetivos negociadores para os acordos de comércio dos EUA

Com margem mais apertada, a aprovação da TPA (Trade Promotion Authority) no Senado deu um sinal positivo para o avanço das negociações da Parceria Transpacífica (TPP), que tem reunião Ministerial marcada para o final deste mês. O texto aprovado amplia os objetivos negociadores dos EUA e reforça os mecanismos de transparência do executivo em relação ao Congresso, aumentando o poder dos congressistas sobre os processos negociadores.

VALIDADE: O projeto da TPA prevê que o mecanismo vigore para acordos negociados até julho de 2018, quando poderá ser estendido para acordos negociados até julho de 2021, mediante pedido do Presidente dos Estados Unidos.

OBJETIVOS NEGOCIADORES: o projeto estabelece como objetivos negociadores (i) eliminar barreiras comerciais e de investimentos, (ii) buscar crescimento econômico e o aumento da competitividade dos EUA, (iii) proteger as leis ambientais e trabalhistas, incluindo as regras internacionais sobre trabalho infantil, (iv) garantir acesso igualitário ao mercado internacional para pequenas empresas e (v) reconhecer a importância da internet. O projeto também estabelece objetivos específicos para cada modalidade temática dos acordos (ex.: bens e serviços, regras, barreiras, solução de disputas, etc) e objetivos de capacitação dos parceiros comerciais dos EUA como suporte ao cumprimento de suas obrigações nos acordos.

PADRÕES TRABALHISTAS E DE MEIO AMBIENTE: o projeto de lei reforça os parâmetros sobre padrões trabalhistas e de meio ambiente em relação à antiga TPA. O novo projeto determina que os negociadores garantam que os parceiros dos EUA tenham aderido aos acordos e protocolos internacionais sobre trabalho e sobre meio ambiente. Padrões trabalhistas específicos são mencionados no projeto de lei, como liberdade de associação e a eliminação do trabalho forçado e do trabalho infantil. Segundo a nova TPA, as obrigações estabelecidas nesses temas nos novos acordos de comércio deverão estar sujeitas aos mecanismos de solução de disputas e medidas compensatórias.

É esperado que a TPA seja aprovada pela Câmara de Representantes. São necessários 217 votos favoráveis ao projeto, de um universo de 433 deputados. A configuração atual da Casa, com 245 republicanos, favorece a passagem do projeto mesmo havendo muita resistência do partido democrata.

Atualização de políticas de comércio exterior e programas aduaneiros

O projeto *Trade Facilitation and Trade Enforcement Act of 2015*, aprovado como parte do “pacote de comércio” negociado no Senado, traz uma série de medidas aduaneiras com objetivo de evitar evasão fiscal e garantir a competitividade da indústria local nos EUA. Também traz instruções sobre a implantação de programas em diversas agências do governo americano: a Aduana (*U.S. Customs and Border Protection*), a Comissão Internacional sobre Comércio (USITC) e o Escritório do Representante Comercial dos EUA (*USTR*).

ANTIDUMPING: o projeto de lei estabelece procedimentos para a aduana investigar acusações de evasão fiscal de direitos antidumping. A aduana deveria iniciar investigação em até 10 dias após receber a alegação e concluir o caso, em até 270 dias corridos após essa data. O projeto também faria modificações nas regras sobre determinação de dano, requerendo a USITC que considere fatores adicionais no exame das alegações do setor privado, como lucro bruto, capacidade para honrar serviços da dívida e retorno sobre os investimentos. A modificação atende, principalmente, o setor siderúrgico nos EUA, que reclama da dificuldade de enquadramento de suas alegações nas regras atuais de comprovação de dano à indústria, as quais exigem comprovação de redução do lucro.

CÂMBIO: o projeto prevê procedimento para investigação de acusações de manipulação de câmbio sobre as importações. O resultado das investigações poderia resultar na aplicação de tarifas para compensar os benefícios desse “subsídio”. O projeto também criaria um Comitê Consultivo sobre Política Internacional de Câmbio, trazendo membros indicados pelo Senado e Câmara de Representantes. A medida é patrocinada pelos sindicatos trabalhistas, pela Aliança pela Indústria Americana e por associações do setor siderúrgico. A Administração Obama é contrária à medida e adiantou que vetará qualquer projeto que contenha esse tipo de disposição. Nos últimos dias, o Departamento do Tesouro dos EUA tem realizado reuniões com congressistas para evitar que o texto ganhe força na Câmara de Representantes.

MISCELLANEOUS TARIFF BILL: o projeto cria procedimento específico para o Congresso considerar as solicitações de suspensão temporária de direitos aduaneiros, que antes eram submetidos individualmente em cada distrito. O projeto estipula que o Comitê de Assuntos Fiscais e Financeiros da Câmara de Representantes e o Comitê de Finanças do Senado deverão publicar em seus websites os processos para consideração de suspensão de direitos aduaneiros, e a USITC também deverá fazer um anúncio público no seu website. Apenas itens que não reduzirão a receita de impostos em mais de US\$ 500 mil dólares no ano calendário poderiam ser considerados.

OUTROS ASSUNTOS: o projeto de lei apresenta também propostas para modificação de procedimentos aduaneiros como facilitação do procedimento de drawback, modificação dos processos sobre mercadorias que retornam ao país após terem sido exportadas para realização de melhorias (ou não); propõe extensão da lista de violações à Aduana; proíbe a importação de bens feitos por trabalho infantil; fortalece a atuação dos procedimentos aduaneiros contra a violação de direitos de propriedade intelectual; regulamenta procedimentos que deverão ser observados pelo USTR; e dispõe de uma série de outras medidas para facilitação do comércio e melhoria de sistemas e programas que afetam os procedimentos da Aduana.

O Escritório de Finanças do Congresso não publicou estimativas de custos para a implementação do projeto de lei em discussão. O debate na Câmara de Representantes sobre esta matéria deve gerar mais polêmica, já que traz medidas questionáveis e contrárias à posição mais liberal da Administração Obama em matéria de comércio.

TPP deve conter regras de aplicação de medidas sanitárias e fitossanitárias

Em fase de conclusão, o acordo em negociação da Parceria Transpácífica (TPP), entre EUA e outros 11 países, deve trazer regras OMC *-plus* sobre aplicação de medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS) entre os países participantes do acordo.

No começo de abril, o Secretário de Agricultura dos EUA, Tom Vilsack, ressaltou a importância de se incluir nos acordos de comércio, como a TPP, mecanismos para solução rápida de conflitos relacionados a medidas SPS. No caso da TPP, está em negociação uma disposição denominada *Rapid Response Mechanism* (RRM), com objetivo de facilitar a solução de disputas dessa natureza e evitar atrasos em embarques e outras restrições ao comércio.

Vilsack também fez um alerta sobre a importância da negociação ser concluída o quanto antes, tendo em vista a aproximação do calendário eleitoral de 2016 que pode ameaçar todo o processo negociador. Apesar do avanço das negociações da TPP, a demora na aprovação da *Trade Promotion Authority* (TPA) pelo Congresso pode atrasar ainda mais a conclusão do acordo.

Nova lei de controle para substâncias químicas avança no Congresso dos EUA

Em 2015 as duas câmaras do Congresso dos Estados Unidos apresentaram propostas de lei que visam atualizar a principal legislação americana para regulamentação de produtos químicos, o *Toxic Substances Control Act* (TSCA). O TSCA vigora desde 1976 e tem sido alvo de críticas pelo setor empresarial impactado pela burocracia no processo de aprovação de substâncias químicas e a falta de harmonização das regulamentações estaduais que derivam dessa lei.

A versão de lei do Senado foi aprovada no dia 28 de abril, além de propor várias alterações na linguagem da TSCA, traz uma proposta ampla para a revisão do processo de avaliação de substâncias químicas e dos métodos para determinar se o controle regulamentar é mesmo justificável. Já o projeto em discussão na Câmara de Representantes tem uma abordagem mais focada em disposições específicas da lei e dá mais autoridade para a Agência de Proteção Ambiental (EPA).

Apesar das divergências, tanto o projeto em processo na Câmara, como a lei aprovada pelo Senado, contam com apoio bipartidário e podem fornecer um caminho para aprovação da reforma da TSCA. A versão da Câmara, que já foi aprovada no subcomitê de Meio Ambiente no dia 14 de maio, ainda precisa passar pela avaliação geral do comitê de Energia e Comércio.

FDA inicia nova etapa de implantação de lei que afeta as importações de alimentos

A *U.S. Food and Drug Administration (FDA)* realizou nos dias 23 e 24 de abril uma reunião pública para discutir a próxima fase de implementação da Lei para Modernização da Segurança Alimentar dos EUA (*Food Safety Modernization Act - FSMA*). Durante a reunião, a FDA focou na discussão da estratégia operacional para a implementação da nova lei, e não no conteúdo dos regulamentos em si ou nas abordagens específicas. A Agência também tentou engajar todas as partes interessadas presentes na sessão de diálogo.

Entre os pontos de discussão de maior impacto para os importadores de alimentos dos EUA, destacam-se:

- A FDA está focada em como identificar os importadores que estão sujeitos ao *foreign supplier verification program (FSVP)* e educá-los sobre a regra. Esta é uma preocupação particularmente, porque muitos importadores que estarão sujeitos a FSVP nunca tiveram que responder aos regulamentos pela FDA.
- A FDA quer aumentar o foco na prevenção sobre importações nas fronteiras, de modo que o ponto de entrada do produto sirva como um checkpoint final para os mecanismos de controles aplicados anteriormente. Embora a estratégia operacional do FSMA seja menos focada na fronteira do que o atual sistema, os mecanismos existentes de controle de importação, como amostragem de fronteira, será mantido e os novos programas da FSMA irão apenas complementá-los.
- A FDA planeja desenvolver um “*one-stop shop*” para ajudar os importadores a avaliar o *status* de conformidade de fornecedores estrangeiros. Esse banco de dados pode incluir informações como: resultados da inspeção da FDA, alertas de importação e resultados de testes de fronteira.

Até o dia 26 de maio, a FDA receberá comentários do público sobre o processo de implementação da FSMA.

Apresentações da reunião pública: [Regulation Guidance](#)

Estratégia de Implementação do FSMA: [Operational Strategy for Implementing FSMA](#)